

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.578.338 - RS (2019/0265614-0)**

**RELATORA** : MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
**AGRAVANTE** : MARIA DE LOURDES GOMES FRAGA  
**ADVOGADOS** : JOSÉ DIONISIO DE BARROS CAVALCANTINETO - RS054456  
MAIRA HUBERT - RS060673  
FABÍOLA REIS GEHLEN E OUTRO(S) - RS083571  
**AGRAVADO** : LOJAS RENNER S/A  
**ADVOGADOS** : JULIO CESAR GOULART LANES - RS046648  
VIVIAN MORAIS NEDEL E OUTRO(S) - RS080415

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO, CUMULADA COM COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. OMISSÃO APTA, EM TESE, PARA A MODIFICAÇÃO DA CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. AUSÊNCIA DE APRECIÇÃO.

1. Ação declaratória de inexistência de débito, cumulada com compensação por danos morais.
2. Caracteriza-se a ofensa ao art. 1.022 do CPC/15 nas hipóteses em que o Tribunal de origem, mesmo após a oposição de embargos de declaração, omite-se no exame de questão pertinente para a resolução da lide.
3. Agravo conhecido. Recurso especial conhecido e provido.

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por MARIA DE LOURDES GOMES FRAGA, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

**Ação:** declaratória de inexistência de débito, cumulada com compensação por danos morais, ajuizada pela agravante, em face de LOJAS RENNER S/A, decorrente de compras com cartão de crédito da agravante que não teriam sido realizadas por ela.

**Sentença:** julgou parcialmente procedente o pedido, para declarar a inexigibilidade do débito.

**Acórdão:** deu provimento à apelação interposto pela agravada, por maioria, a fim de julgar improcedente o pedido, e julgou prejudicado o apelo da agravante, nos termos da seguinte ementa:

APELAÇÃO CÍVEL. CARTÃO DE CRÉDITO. AÇÃO REVISIONAL.

PRELIMINAR CONTRARRECURSAL DE NÃO CONHECIMENTO DO APELO DA RÉ. AUSÊNCIA DE DIALETICIDADE AFASTADA. Considerando que a apelante, ao interpor seu recurso, apresentou as razões pelas quais entende deva ser reformada a decisão recorrida, atendendo, dessa forma, ao disposto no art. 1.010 do NCPC, não há falar em violação ao Princípio da Dialeiticidade. Preliminar contrarrecursal rejeitada.

EXISTÊNCIA DE CONTRATAÇÃO E LICITUDE DO DÉBITO. Existência de contratação entre as partes que constitui fato incontroverso, ratificado pela prova documental. Compras realizadas com cartão de crédito dotado de chip e uso de senha pessoal e intransferível. Inadimplência originada do não pagamento das faturas do cartão de crédito. Descumprimento do ônus previsto no art. 373, I, CPC.

DANO MORAL. INOCORRÊNCIA. Comprovada a origem da dívida e o seu inadimplemento, resta descabida a declaração de inexistência do débito, bem como de indenização por danos morais.

PRELIMINAR CONTRARRECURSAL REJEITADA. UNÂNIME.

POR MAIORIA, APELO DA RÉ PROVIDO E APELO DA AUTORA PREJUDICADO.

**Embargos de declaração:** interpostos pela agravante, foram rejeitados.

**Recurso especial:** alega violação dos arts. 373, I, 400, 489 e 1.022, II, do CPC/15, bem como dissídio jurisprudencial. Sustenta negativa de prestação jurisdicional, tendo em vista que o Tribunal de origem não se manifestou a respeito da "não exibição das provas requeridas pela Recorrente e a inversão do ônus probatório atribuído pelo juiz singular (...). Configurando assim cerceamento de defesa" (e-STJ fl. 317). Aduz a impossibilidade de apresentar prova negativa.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

**- Julgamento:** aplicação do CPC/2015.

**- Da negativa de prestação jurisdicional**

As razões recursais tecidas acerca das supostas omissões do Tribunal

de origem, residem na alegação de que o TJ/RS, apesar de instado a se manifestar por meio de embargos declaratórios, quedou-se silente no que concerne à não exibição das provas requeridas pela agravante, na medida em que caberia à agravada provar que foi a agravante quem realizou as compras, e à impossibilidade de a agravante apresentar prova negativa.

Da análise do processo, constata-se que o Tribunal de origem, ao julgar os embargos de declaração opostos pela agravante, foi omissa quanto a estes argumentos.

Assim, impõe-se a cassação do acórdão que apreciou os declaratórios, a fim de que seja sanada a omissão suscitada, bem como a remessa dos autos ao TJ/RS, a fim de que este se pronuncie, na esteira do devido processo legal, acerca dos pontos anteriormente elencados.

Logo, merece provimento o recurso especial e tem-se como prejudicado o exame das demais discussões aventadas no presente recurso.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, V, “a”, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO do recurso especial e DOU-LHE PROVIMENTO, para: a) anular o acórdão que julgou os embargos de declaração opostos pela agravante; e b) determinar a remessa dos autos ao TJ/RS, a fim de que este se pronuncie, na esteira do devido processo legal, a respeito do ponto tido por omissa.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora